

1

2 **ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL DO**  
3 **CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES**

4 DATA: 03/08/2021

5 LOCAL: SALA DE REUNIÕES DO CES

6 Horário: 10:00 às 12:00

7

8 Conselheiros (as) presentes: Cássio André Garcia, Maurício Carneiro Paim, Rosalvo de Oliveira Júnior,  
9 Raul Moreira Molina Barios, Maria Madalena Braga, Isadora Oliveira Maia, Luiz Delfino Mota Lopes,  
10 Jorge Castilho Mullem Neto, Aldenilson Viana Rangel, Leonídia Laranjeira Fernandes, Leonardo  
11 Vinhaes, Evandro de Almeida Gouveia Sobrinho, , Marleide Castro dos Santos, Tereza Cristina Bomfim  
12 Deiró, Valdemir Medeiros da Silva, Maria da Conceição Sanches Passidomo, Maria Ângela da Mata  
13 Santos, Thomas William Hutchinson, Patrícia Gonçalves Soares, Gladys Almeida Santos, Lourani Maria  
14 Carneiro dos Santos, José Vasconcelos de Freitas, Francisco José Sousa e Silva, Fernando Antonio  
15 Dantas, Lindiomar Dourado Souza, Paulo Fernando Bittencourt Studart, Maria Helena Belos, Ivanilda  
16 Souza de Brito, José Silvino Gonçalves, Silvio Roberto dos Anjos e Silva, Marcos Antonio de Almeida  
17 Sampaio, Walney Magno de Souza.

18 Arão Capinam de Oliveira – Secretário Executivo

19 **Pauta:**

- 20 1. Informes dos Conselheiros  
21 2. Eleição do Conselho Estadual de Saúde – Biênio 2021-2023  
22 3. O que ocorrer

23 *A reunião foi transmitida através do link: <https://consasems-br.zoom.us/j/99221170151>*

24 Verificação e qualificação do quórum

25 *“§ 1º - do Art. 19 do Regimento Interno do CES: As reuniões, ordinárias e extraordinárias, serão*  
26 *iniciadas com a presença mínima de metade mais um dos seus membros.”*

27

28 Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões do CES no segundo andar da  
29 do prédio da SESAB, situado na 4ª avenida, plataforma 06, lado b, Centro Administrativo da Bahia. O  
30 Secretário Executivo **Arão Capinam de Oliveira** as 10h35m cumprimentou todos e todas e perguntou se o  
31 presidente em exercício estava presente e foi informado pelo conselheiro Cássio André Garcia que não.  
32 Informou que havia quórum com 23 participantes. Solicitou a conselheira Maria da Conceição Passidomo  
33 membro da mesa diretora do CES que abrisse a reunião que deu início a 47ª Reunião Extraordinária  
34 Virtual do CES. Arão Capinam de Oliveira leu o roteiro com os objetivos da reunião. **Conselheiro Marcos**  
35 **Antonio** questão de ordem pediu para deixar os informes para o final e entrarem na pauta. O que foi  
36 consenso. **O Secretário Arão Capinam** informou que já eram 10h35m e abriu as inscrições para as  
37 deliberações. Conselheiro Cássio André Garcia solicitou que a conselheira Maria da Conceição  
38 Passidomo conduzisse a reunião. **Conselheira Patrícia Soares** leu a mensagem do conselheiro Luiz  
39 Delfino no chat sobre sua representação SINDHOSBA e onde o mesmo estava como suplente, e até o  
40 momento não estava fazendo parte do Conselho e gostaria de saber o que deveria fazer. **Conselheiro**  
41 **Valdemir Medeiros** presidente da comissão eleitoral cumprimentou a todos e todas e disse que era com  
42 grande sentimento legal de poder ter aquela reunião do Conselho, depois que acabaram saindo da reunião  
43 do dia 22 de junho que por uma orientação escrita do Ministério Público de que a entidade a qual

44 participa não estava legal, o mesmo pediu para que a reunião não acontecesse e saiu da plenária e  
45 justificou porque estava saindo e além da orientação do MP, tinha orientação das entidades de que ele não  
46 participasse por sua entidade estar ilegal, então naquele momento pediu para a comissão encaminhar para  
47 não assumir aquele processo para que não houvesse prejuízo maior. Naquele momento então pensou que  
48 voltassem à reunião do pleno para que pudesse ouvir que a entidade estava legal. Em acontecendo que  
49 estivesse ilegal, o mesmo encaminharia todo o processo eleitoral, finalizando o processo convocando  
50 reunião o mais rápido possível para o dia 04 e na terça-feira dia 10 chamar reunião do segmento e  
51 finalizar o processo eleitoral, colocar para publicação as entidades aptas e na sequência convocar as  
52 indicações das entidades aptas dos titulares suplentes e dá posse. Disse que era isso que queria ouvir do  
53 Conselho Estadual de Saúde. Disse tinha 38 anos de vida política social e que o questionamento sobre  
54 estar ilegal durante três anos no Conselho, foi ruim para a sua reputação política. E que se estivesse  
55 ilegítimo estaria assim durante três anos e que não queria mais atrapalhar o Conselho e que queria fazer  
56 tudo organizado até o final do processo e que fizessem a votação do seu encaminhamento e agradeceu.  
57 **Conselheiro Fernando Dantas** pediu questão de encaminhamento e sugeriu ouvir os membros da comissão  
58 primeiro e depois os demais conselheiros e conselheiras. O que foi atendido. **Conselheira Patrícia Soares**  
59 sugeriu que a comissão eleitoral falasse primeiro e depois os conselheiros e conselheiras. Mencionou que  
60 já estava inscrita. Disse que a fala do conselheiro Valdemir talvez estivesse equivocada, pelo que  
61 entendeu, o ponto de pauta era se a eleição do dia 22 seria considerada válida ou não e que a corrigissem  
62 se estivesse errada. Disse que queria expressar seu ponto de vista, tanto como membro da comissão e  
63 como ex-conselheira já que ainda não havia tomado posse. Colocou que ficou certo na comissão eleitoral  
64 levar essa questão para tratar naquela reunião. Mencionou que não esteve presente no dia 22 de junho,  
65 mas que faria um resumo do que aconteceu naquela plenária. Colocou que no seu entendimento foi  
66 chamada a plenária para a eleição do segmento dos Sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras pela  
67 comissão eleitoral e publicada em edital e que durante a plenária não chegaram a um acordo. Disse que  
68 outros membros da comissão estavam presentes no dia e que no desacordo entre as partes, a comissão que  
69 estava lá presente, decidiu não validar a plenária, porém a plenária que contava com 50% mais um, mas  
70 que não foi considerada, as entidades resolveram e fizeram uma eleição dentro das normas com  
71 acompanhamento do conselheiro Silvio, fizeram uma ata e assinaram a mesma validando a plenária, ata  
72 assinada também pelo conselheiro Silvio. Disse que entre a comissão vários membros têm opiniões  
73 contrárias. E que alguns consideram que a plenária não foi válida e outros acham que foi válida. E pelo  
74 fato de que somente o conselheiro Silvio participou e assinou à ata, isso gerou um debate entre os  
75 membros da comissão porque eles não assinaram e porque apenas o conselheiro Silvio havia assinado a  
76 ata validando aquela eleição. Os membros que não assinaram a ata não estão de acordo com a validação e  
77 que ela e o conselheiro Silvio estavam de acordo. Disse que em sua opinião considerava válida. Disse  
78 que pensava o seguinte: se o processo não fosse chamado pela comissão e se os membros da comissão  
79 não estivessem presentes, mas não foi isso que aconteceu. Disse que o regulamento do processo eleitoral  
80 não diz que a comissão precisava estar completamente presente para dar prosseguimento a plenária, e se a  
81 plenária era soberana e se o conselheiro Silvio validou a mesma não via impedimento. E que foi por isso  
82 que trouxeram a questão para ser apreciada no pleno. Pedia desculpas ao conselheiro Valdemir e que em  
83 nenhum momento queria descaracterizar o trabalho que o conselheiro Valdemir tem feito no Conselho,  
84 mas que o processo já se arrastava por muito tempo sendo desgastante. Disse que não cabia ali dizer se o  
85 presidente Valdemir ficava ou não e sim que tinham que finalizar o processo o quanto antes para que o  
86 Conselho voltasse a funcionar, pois estavam no meio de uma pandemia. **Conselheiro Cássio André Garcia**  
87 disse que faria a mesma fala que fez na reunião da comissão semana passada e na reunião com o MP.  
88 Disse que viveram o processo eleitoral que era um processo normal de democracia e de troca de ideias e  
89 que em dois momentos da eleição do segmento de Trabalhadores por questões específicas não foi  
90 finalizado, e considerava diferentemente da conselheira Patrícia e do conselheiro Silvio que o processo  
91 não foi finalizado e aí surgiu à divergência. Referiu à presença de duas representantes da mesma entidade  
92 no dia 22 de junho que não conseguiu ser esclarecido pela comissão eleitoral. Disse que tentaram em dois  
93 momentos realizar a eleição que não aconteceu de fato por questões específicas do segmento e que à  
94 medida que há divergências dentro da própria comissão sobre o final do processo, sobre a legitimidade do  
95 processo, e está registrado em ata, foi decidido trazer para o pleno. E era fato que deveriam finalizar o  
96 processo que já tinha se alongado demais. Disse que tinha pontos importantes como a questão do  
97 conselheiro Valdemir onde foi feita recomendação do MP sobre a legalidade ou legitimidade dentro da  
98 comissão e no pleno e que ele mesmo colocou e ele reafirmava e se havia divergências teriam que decidir  
99 no pleno. E que o desejo de todos era encerrar esse processo o mais rápido possível. Disse que  
100 precisavam decidir se a eleição do dia 22 foi válida ou não. Se fosse válida publicava os vencedores e  
101 seguia a vida. Se não fosse válida semana que vem marcavam nova plenária. Disse que o papel do  
102 Conselho era dialogar, mesmo discordando e isso fazia parte do processo e que era quase “um mantra que  
103 ele ouvia dentro do Conselho e era fato que o pleno era soberano, e é, pois ele legitima as políticas de

104 saúde e faz críticas ao governo federal, entre outras funções e era por isso que estavam ali reunidos e  
105 iriam encerrar esse ciclo e iniciar outro com a participação de alguns que não estarão mais e outros novos  
106 que vão dar sequência ao grande trabalho. Estavam ali reunidos para decidir, virar a página e dar  
107 continuidade ao Conselho que sempre foi muito ativo e tem a certeza que continuará sendo.” Conselheira  
108 Patrícia solicitou controle do tempo. **Conselheira Isadora Oliveira Maia** cumprimentou a todos e disse que  
109 precisavam fazer um resgate de quando feito uma comissão e que foi retirado o presidente da comissão e  
110 que era uma função que ninguém queria. E no início de pandemia a reunião começou sendo só virtual e  
111 depois presencial onde esteve presente em 90% delas. Disse que essa foi uma eleição das mais  
112 tumultuadas que participou e que as entidades que não ficaram satisfeitas foram ao MP e com alguns  
113 manifestos e que atacaram à comissão eleitoral e no dia a dia estavam sempre abertos ao diálogo e que até  
114 poderiam ir às reuniões que são abertas. Colocou que a partir da data da eleição aumentou ainda mais o  
115 grau de legitimidade e legalidade e que participou de todo o processo eleitoral, presenciando a abertura  
116 em todas as salas e que o presidente sempre chamava a paridade para iniciar o processo e dali se retirava a  
117 ata assinada pelos presentes, respeitando sempre o horário estabelecido e de acordo com a convocatória e  
118 que em nenhum momento tiveram a sensação de não ter paridade, na abertura e na finalização, mas não  
119 foi o que aconteceu no dia 22 de junho, e não foi o que aconteceu antes também no que levou àquela  
120 eleição. Na primeira vez da eleição do Sindicato dos trabalhadores aconteceu duplicidade de  
121 representação da entidade e que ninguém questionou a decisão de remanejar a plenária para o dia 22 de  
122 junho. Entre o início do processo e o dia 22 de junho por ser advogada teve acesso a uma ação civil  
123 pública de uma entidade dois dias antes da eleição impetrou a ação cível pública questionando algumas  
124 coisas, questionando a paridade da comissão judicializou e através do MP questionou a paridade da  
125 comissão eleitoral com relação ao presidente Valdemir, questionado a legalidade do presidente Valdemir  
126 que até então nunca ninguém havia questionado sobre sua representatividade dentro do Conselho, mas  
127 que era o entendimento do MP naquele momento por uma manifestação/recomendação e que precisavam  
128 decidir no pleno do Conselho. Colocou que a manifestação ainda pedia inclusive a suspensão da eleição.  
129 E no dia 22 tinha duplicidade de representação que gerou um tumulto, o presidente Valdemir saiu da  
130 presidência porque acatou a recomendação do MP e se retirou e nesse momento não tinha a paridade  
131 questionada e isso foi até o horário combinado antes de meio dia. **E** que naquele momento somente  
132 estavam presentes o conselheiro Aldenilson, ela e o conselheiro Silvio e os que não foram não  
133 justificaram, então não houve paridade. Disse que teve uma ata suspendendo a eleição naquele momento e  
134 que agora precisavam decidir sobre a legalidade do conselheiro Valdemir na comissão eleitoral e a eleição  
135 do segmento trabalhador. Neste momento houve questionamentos sobre o tempo de fala. Logo após o  
136 Secretário Executivo informou que a conselheira Isadora tinha ultrapassado o tempo e pediu que  
137 concluísse. Conselheira Isadora colocou que aquela reunião extraordinária era para decidir a permanência  
138 do presidente na comissão eleitoral Valdemir Medeiros para tocar o processo eleitoral e chamar as  
139 entidades para nova plenária em três ou quatro dias e finalizar o processo. Esclareceu que garantiram o  
140 que o MP recomendou e que o juiz não falou mais nada depois disso e enfatizou que esteve em todas as  
141 reuniões e que aquela reunião era para decidir a permanência do Presidente Valdemir e a finalização dos  
142 trabalhos. **Conselheira Ivanilda Brito** disse que concordava com a fala da conselheira Isadora e que a  
143 comissão passou o tempo todo sendo desqualificada e que sua posição era de validar a eleição e que ela  
144 não estava aguentando mais essas reuniões para discutir essas questões e já estava vergonhoso. “Ou  
145 valida então anulava tudo e fazia de novo.” **Conselheiro Silvio Roberto** cumprimentou a todos e todas e  
146 disse que esperava que tivessem uma finalização do processo e que cada vez que discutia o tema e que ele  
147 se sentia feliz ter sido contrário a suspensão da eleição, e falava muito consciente tanto do ponto de vista  
148 da eleição quanto do ponto de vista da legalidade e que sua posição sempre foi essa. Relatou reunião com  
149 a promotora de justiça, se sentia mais fortalecido e que tinha certeza que aquele processo teve validade e  
150 o Conselho estava por definir, por conta que as pessoas presentes atenderam enquanto representação de  
151 suas entidades e atenderam preceitos definidos pela comissão eleitoral. Disse que conselheira Isadora  
152 sabia bem disso, que a validade oficial de um documento em termos de legalidade não estava na sua  
153 forma e sim no seu conteúdo e que a questão de ser digitada ou manuscrita não existia impedimento do  
154 ponto de vista legal. Exemplificou documentos redigidos a mão dentro de presídios que tem validade. E  
155 que a questão de uma ata ser digitada ou manuscrita não existia. Disse que os representantes fizeram a  
156 ata no local da plenária, naquele momento do processo e que estavam hoje ali para validar essa eleição e  
157 que sua proposição era a validação da eleição. Disse que tiveram vários conflitos e que estava ali para  
158 racionalizar esses conflitos para preservar o Conselho do ponto de vista legal. Disse que estava rolando  
159 um *fake News* ou boatos de que brigou com a conselheira Isadora e nem com conselheiro Aldenilson, não  
160 foi verdade. Disse que tiveram divergências, mas que não houve briga. Disse que reafirmava validar a  
161 eleição que houve e que existia a ata que ele assinou e garantia a eleição dos membros dos sindicatos de  
162 trabalhadores e era válida, só faltava o Conselho deliberar. **Conselheira Isadora Oliveira** sobre ter brigado  
163 com o conselheiro Silvio confirmou que era mesmo um *fake news* e que nunca brigaram e que gostava

164 muito do conselheiro e tinha muito respeito, pois eram colegas. **Conselheira Maria Helena Belos** disse que  
165 na última reunião da comissão, apesar das diversidades a mesma se posicionou a favor da finalização da  
166 eleição e que pudessem finalizar a eleição nessa reunião porque estava muito desgastante. Disse que tudo  
167 que já foi dito a contemplou. **Conselheira Conceição Passidomo** pediu dar continuidade. Arão informou  
168 que o conselheiro Aldenilson estava inscrito, mas que não estava respondendo. Perguntou se poderia dar  
169 início à fala dos conselheiros e conselheiras presentes. Conselheira Passidomo confirmou que sim.  
170 **Conselheira Tereza Cristina Deiró** pediu ficarem atentos às inscrições pelo chat. **Conselheiro José Silvino**  
171 pediu a fala e parabenizou a decisão da comissão de recorrer aquele espaço para chamada da reunião  
172 extraordinária e tomar decisão. Referiu solidariedade à preocupação da conselheira Patrícia e ao mesmo  
173 tempo discordava que aquele processo naquela conjuntura validar daria outros desdobramentos e que  
174 reconhecia o trabalho na figura de todos e todas e disse que o Conselho tem sua autonomia e cria seus  
175 balizadores e encaminhamentos para decidir como e quando fazer as coisas. Disse que a comissão essa  
176 instância criada dentro do Conselho e não algo a parte. Disse que o Conselho só deixa de existir após a  
177 posse do outro. Se posicionou ser solidário ao conselheiro Valdemir e que esteve conversando diversas  
178 vezes com o conselheiro Fernando o qual o orientou e que eles tinham a capacidade de resolver e que era  
179 a favor da manutenção da comissão e que a comissão estava legitimada pelo pleno porque foram eles que  
180 a criaram e que o seu encaminhamento era pela votação e chamamento das entidades para escolha dos  
181 seus pares e proceda a finalização do processo eleitoral. **Conselheira Marleide Castro** perguntou se a  
182 conselheira Patrícia estava conduzindo a reunião. O senhor Arão disse que quem estava conduzindo era a  
183 conselheira Passidomo e ele. Conselheira Marleide Castro colocou que estava muito triste por ver seu  
184 algoz sentado à mesa e que doía muito uma mulher ser assediada moralmente e ver seu algoz presente na  
185 reunião, mas o assunto era as eleições. Disse que como poderiam validar uma eleição, se a eleição não foi  
186 validada pela comissão. Colocou que quando era de interesse corriam ao MP e que achava falta de  
187 respeito ao controle social. Colocou que para quê existia o controle social se recorriam ao MP. Disse que  
188 discordava do conselheiro Silvio apesar de respeitá-lo muito, mas que a eleição não valeu porque as  
189 pessoas que estavam lá votaram e informou que a mesma era presidenta do seu Sindicato até o ano que  
190 vem porque foi escolhida através de voto. Falou da falta de respeito ao conselheiro Valdemir e  
191 “perguntou pra que motivo existia aquele pleno, se a eleição podia ser validada? “Se o que valia era o que  
192 eu quero.” Disse que nunca ouviu dizer que controle social fosse status para alguma entidade, para  
193 usuário, gestão ou outra coisa. Disse estar indignada com o que estava acontecendo e que concordava de  
194 fazer uma eleição do zero digna e honesta. E que tudo agora tem que correr para a justiça, por quê?  
195 Afirmou que era porque as pessoas não sabiam o que seguir. Então para quê o Conselho Estadual de  
196 Saúde? Finalizou dizendo que não concordava com a validação da eleição. **Conselheiro Marcos Sampaio**  
197 disse que precisavam atentar para os fatos e tinha visto falsas polêmicas em algumas questões. Colocou  
198 que tinha duas atas, uma onde todos os membros da comissão assinaram com timbre do Conselho e uma  
199 outra que somente conselheiro Silvio assinou junto com as entidades, e era uma ata manuscrita por essas  
200 entidades que se declararam eleitas finalizando o processo e outra assinada pelos que estavam no  
201 processo. Disse que tinha muito respeito ao conselheiro Silvio, e que aprendia muito com ele, mas que  
202 não poderiam abrir uma brecha para o futuro do Conselho e na hora que alguém não concordar faz um  
203 manuscrito e aprova. E que não havia o que se questionar e sim proteger juridicamente o processo, isso  
204 ele achava necessário, e que não seria prejuízo e que ninguém concordou ali que a comissão estava  
205 ilegal e incumbir essa comissão de marcar uma nova plenária. Colocou que ficar discutindo quem errou e  
206 quem não errou, vão acabar se digladiando e não chegando a uma solução. E que há um consenso de que  
207 todo mundo quer resolver. Colocou sobre a fala da conselheira dizendo que ela e o conselheiro  
208 concordavam com a validação, então até dentro da comissão a maioria tinha entendimento que devia ter  
209 outro momento e aquele ato está invalidado. Disse que precisavam resolver o mais rápido possível. Disse  
210 que foram 11 entidades e como iriam reconhecer um processo que 08 entidades assinaram a ata e as  
211 outras que não assinaram? “Não se pode dá direito a alguns retirando o direito do outro.” Disse que foi  
212 tirada uma plenária de 08 as 12h e houve o desentendimento na plenária e que perto das 12 horas e a  
213 mesma foi suspensa por falta de entendimentos e pós-plenária foi instalada outra plenária dizendo que  
214 valeu. Disse que achava que deveriam buscar uma saída chamando as entidades para repetir o processo.  
215 Parabenizou o conselheiro Valdemir e parabenizou a conselheira Passidomo pela tranquilidade na  
216 condução do processo. E que a decisão mais sensata do CES seria chamar as organizações para  
217 manifestarem a sua escolha em nova data e garantir a paridade que estava sendo solicitada. **Conselheiro**  
218 **Fernando Dantas** disse que concordava com a maioria das pessoas que era um momento desgastante e  
219 muito vergonhoso para o Conselho, passavam por um momento difícil que coloca em cheque o Conselho  
220 Estadual de Saúde e precisavam resolver isso. “E por duas vezes estiveram a ponto de resolver e por  
221 questões de divergências e não queria entrar no mérito do tipo de divergência, não concluíram a eleição  
222 do Conselho.” Referindo-se ao conselheiro Marcos, disse que queria falar com todo respeito sobre a  
223 questão das atas que refletissem e precisavam decidir qual a ata tinha maior valor, se a ata assinada pela

224 maioria das entidades presentes no processo ou a ata da comissão eleitoral que não concordaram em  
225 realizar. Colocou que já houve desgaste demais. Disse que tinham que resolver se iriam validar ou não. E  
226 propôs votação quanto à legalidade da eleição. Colocou que já houve a fala do conselheiro Silvio que era  
227 da área jurídica e da conselheira Isadora que também era do jurídico. Falou do desgaste das pessoas que  
228 viajaram do interior para Salvador e que iriam fazer isso de novo? Disse que não havia ilegalidade  
229 nenhuma no processo, pois a eleição do dia 22 foi convocada pela comissão e que a comissão decidiu não  
230 participar e não iria entrar nesse mérito. Disse que as entidades já estavam exauridas, e que precisavam  
231 decidir. Sugeriu colocar em votação, mas sua posição era validar e resolver definitivamente. Sobre o  
232 conselheiro Valdemir disse que não via ilegalidade na comissão e que ficasse claro que quem levantou a  
233 questão sobre o nome do conselheiro Valdemir não foi conselheiro, nem entidade do CES e sim entidades  
234 que se sentiram prejudicadas no processo de habilitação e que recorreram ao MP. Disse que era bom que  
235 ficasse claro isso. Disse que não se sentia a vontade para se posicionar sobre a legitimidade ou não do  
236 conselheiro Valdemir e a questão tinha que ser decidido por lá. **Conselheira Maria da Conceição**  
237 **Passidomo** disse que a conselheira Leonídia pediu a fala no chat e o conselheiro Molina também pediu  
238 inscrição. **Conselheiro Leonardo Vinhaes** disse que tinha dois questionamentos, perguntou se a comissão  
239 estando irregular se isso não invalidaria todo o processo eleitoral, e se a comissão não estava legal então  
240 toda eleição estaria irregular e se iriam fazer nova eleição para todos os segmentos? **Conselheira Tereza**  
241 **Deiró** disse que algumas falas anteriores a contemplaram e que concordava com a fala do conselheiro  
242 Cássio, Patrícia, Fernando antecedeu o conselheiro Leonardo e endossando algumas falas, inclusive a do  
243 conselheiro Fernando sobre o desgaste não pessoal, mas do Conselho Estadual. Referiu a fala da  
244 conselheira Maria Helena sobre a necessidade dos pacientes morrendo, estavam em meio à pandemia e  
245 citou os pacientes de oncologia/hematologia morrendo na rede. Disse que o MS não estava atendendo  
246 sobre a falta de medicamentos. E que no dia 22 de junho foi dado todos os atendimentos aos  
247 subsegmentos foram chamados e que compareceram, atenderam os 50% mais um na plenária e a plenária  
248 foi realizada e colocado todo ato em ata e que foi assinada pelos representantes, e recebida pela Secretaria  
249 Executiva e sua fala era para validar o que foi legitimado pela plenária e que seguissem sem nenhuma  
250 protelação mais, e publicar as entidades que já estão ansiosas e parte do segmento dos trabalhadores e  
251 finalizar o processo para que possam trabalhar. Referiu que o Conselho está há seis meses sem a devida  
252 atuação e pelo bem do SUS eles precisavam cumprir o seu papel propositivo e fiscalizador. **Conselheiro**  
253 **Raimundo Cintra** disse que comungava com a fala de alguns conselheiros em relação a sentimentos  
254 dúbios e que se utilizava de artifícios para inviabilizar a condução do processo eleitoral e até aquele  
255 momento da eleição, que ele esteve presente e viu que era desnecessário algumas manifestações no  
256 sentido de desestabilizar a condução e desencaminhar o processo eleitoral. Disse estar solidário ao  
257 conselheiro Valdemir e que o momento era difícil. Parabenizou a fala do conselheiro Valdemir e  
258 comungava com o pensamento do conselheiro Marcos também porque concordava que eles precisavam  
259 ser mais maduros na condução de ir por outros caminhos como o da justiça e que o Conselho era  
260 autônomo e isso teria que ter visto lá atrás e não desrespeitar e desqualificar a comissão e que houve  
261 visões errôneas e desrespeitosas em diversos momentos e que daqui pra frente possam ter uma condução  
262 melhor e mais respeitosa. **Conselheira Gladys** disse que de fato era unânime a sensação de que o processo  
263 eleitoral já se estendeu bastante e que isso estava causando prejuízo são somente a posição do conselho  
264 frente à condução de políticas públicas, principalmente naquele momento de pandemia para que  
265 pudessem tomar posse com as entidades e tocar com urgência a agenda de saúde e que isso foi dito por  
266 todos e essa era uma sensação de todos. Referiu à proteção jurídica que estava alicerçada no regulamento  
267 eleitoral e que baseado no regulamento era que a comissão eleitoral toma decisões e que lhe parecia que  
268 no campo jurídico que a comissão tomou a decisão de deixar o conselheiro à frente da presidência e essa  
269 era uma decisão que foi tomada no dia 02 de junho quando chegou o ofício 1936 do MP antes do  
270 processo eleitoral do CES e que o conselheiro continuou nas plenárias e apenas na última plenária dos  
271 trabalhadores do dia 22 de junho foi decidido que o conselheiro deixaria a comissão. Colocou que  
272 precisavam desconstruir essa lógica porque isso não existia e que esse tipo de argumento utilizado não se  
273 sustentava e não tinha porque levar adiante esse tipo de argumentação. Colocou que durante a plenária  
274 tinha mais de 50% das entidades mais uma de acordo com o regulamento eleitoral e tinha coordenador de  
275 mesa e que os conselheiros tinham essa referência para decidir. Disse ser a favor da validação da plenária  
276 do dia 22 de junho de 2021. **Conselheiro Raul Molina** disse que era unânime o posicionamento dos  
277 conselheiros de que não dá mais para continuar com o Conselho Estadual totalmente paralisado e  
278 totalmente mudo em um momento tão difícil. Disse que entendia o controle social não somente como um  
279 instrumento de planejamento e controle, mas também de apoio à gestão. Referiu que a CIB estava se  
280 reunindo três vezes por semana e eles não tem o cancelamento do Conselho Estadual de Saúde. Colocou  
281 que não se sentia a vontade de tratar de um segmento que ele não pertencia e respeitava as decisões  
282 tomadas, mas chamou atenção de que foi dada a palavra a todos os membros da comissão eleitoral e via  
283 que dentro da comissão as posições eram quase que dividido sobre a validação do processo e que queria

284 fazer uma proposição foi validado ou não foi validado? Colocou em momento algum estava colocando em  
285 dúvida a legitimidade da comissão eleitoral e queria saber se eles entendiam se era válidos ou não válidos  
286 e gostariam de ver uma votação entre membros da comissão sobre essa questão. **Conselheira Maria**  
287 **Conceição Passidomo** informou que conselheira Leonídia, Luiz Delfino e Ângela inscritos pelo chat.  
288 **Conselheira Leonídia Laranjeira** parabenizou a condução da conselheira Maria da Conceição Passidomo  
289 na reunião que estava atenta às inscrições pelo chat e disse que estava presente na reunião do dia 22 de  
290 junho e estava presente nas reuniões e nas presenciais da comissão eleitoral e que ouviu a fala dos  
291 presentes. Colocou que durante a eleição do dia 22 de junho, foi chamada a plenária, mas não houve  
292 consenso e que o primeiro questionamento foi sobre o presidente não estar regular e aí foram várias  
293 discussões no debate da plenária. E que a mesma assinou a primeira ata da reunião e que sete entidades  
294 estavam ausentes no momento da assinatura da segunda ata manuscrita e ela também não assinou a ata  
295 manuscrita da plenária realizada após a reunião convocada pela comissão e que a comissão não estava  
296 toda presente naquele dia. Referiu a fala do conselheiro Raul sobre falta de consenso da comissão na  
297 questão da validade do processo desses conselheiros que se declararam eleitos e que não sabia quem eram  
298 essas entidades porque não estava mais presente naquele momento. Relatou que o pleno elegeu o  
299 conselheiro Valdemir como presidente da comissão. Perguntou onde estava à autonomia do Conselho e  
300 que o MP não pode definir quem fica e quem não fica. Disse que não concordava com a suposta  
301 irregularidade do conselheiro Valdemir. E que não concordava com a validação de uma ata que não  
302 assinou e que a mesma só reconhecia a ata inicial do CES que foi registrada porque sete entidades não  
303 assinaram a ata manuscrita. Disse que foi decidido em reunião da comissão que o pleno tinha que validar  
304 a legitimidade do conselheiro Valdemir que a reunião foi chamada para isso. Disse que ficava triste com  
305 as provocações, mas gostaria que a coisa fosse mais séria. E que chamassem uma nova plenária.  
306 **Conselheiro Luiz Delfino** disse que acreditava na necessidade de se chegar a um consenso e que era  
307 urgente o consenso. Referiu à pandemia e a necessidade do Conselho está se posicionado e que era  
308 urgente validar todo o processo, apesar de que o mesmo estava questionando sobre sua participação no  
309 processo eleitoral, mas se não desse certo não iria ficar inviabilizando o processo porque o Conselho era  
310 soberano e estava acima de sua vontade pessoal. Referiu a sua suplência do SINDHOSBA e que no dia 22  
311 de junho na reunião o representante enviado estava de covid e não pode comparecer e que ele ficou a  
312 mercê de uma decisão do Conselho para ver se continuava ou não, mas gostaria de conversar sobre a sua  
313 situação depois. Desejou sucesso aos novos conselheiros e que estava sempre à disposição do Conselho.  
314 Enfatizou que não via manifestação do conselho com coisas que estava acontecendo na sociedade e  
315 decisões tem sido tomadas e que teve avanços na saúde, citou as policlínicas que sempre elogiava e  
316 esperava estar presente na inauguração da policlínica da região do Sisal. Colocou que o conselho  
317 precisava estar presentes nas inaugurações para dar uma palavra e que ele debateu muito nas reuniões do  
318 Conselho e precisavam de consensos, validar todo o processo e avançar porque estavam no meio da  
319 pandemia sem saber para onde ir, sem rumo, sem destino e apesar do contraditório não podiam ficar  
320 parados vendo a saúde pública com dificuldades. **Conselheira Ângela da Mata** disse que era um prazer  
321 participar da reunião e que pediu sua inscrição para referendar o pleito que foi instalado no dia 22 de  
322 junho. Disse que não podiam prejudicar um pleito legal, porque se fosse ilegal não teria publicação no  
323 D.O e era altamente legal, quem estava lá e não quis participar e se retiraram. E que o conselheiro Silvio  
324 quando viu a situação calamitosa tomou a frente para instalar a plenária. Disse que era falta de respeito  
325 com as entidades que estiveram presentes e que a comissão publicou no D.O a convocação e que ela  
326 mesma se contradizia e que respeitasse as entidades que foram convocadas e estiveram presentes. Disse  
327 que já chega de ficar com o conselho parado resolvendo situações paralelas. Disse que nenhum  
328 conselheiro foi ao MP se contrapor ao presidente da comissão e que era um problema que ele tinha que  
329 resolver no MP. Pedia que fosse respeitado o que foi feito. Disse que o Conselho tinha que colocar o  
330 bloco na rua para defender o Sistema Único de Saúde, isso sim que precisavam fazer. E que teriam que  
331 definir o que foi posto na comissão eleitoral, se acata ou não a plenária do dia 22. Acatou, publica-se.  
332 Disse que a entidade do conselheiro Valdemir era capaz de se defender como qualquer outra. Solicitou  
333 que a votação fosse verbal com sim ou não. Pediu que fossem cuidadosos na hora da votação. Disse que  
334 não gostaria de passar novamente pelo que passaram na última votação. **Conselheiro Francisco José Sousa**  
335 cumprimentou a todos e todas e disse que não seria repetitivo, porque os esclarecimentos se deram de  
336 uma forma muito interessante e estavam ali porque o pleno desta vez foi consultado, “bom seria que  
337 durante todo o processo tivesse sido assim, mas infelizmente não foi dessa forma e que antes disso  
338 aconteceu uma reunião com o MP e foi solicitado pela comissão eleitoral fazer esta reunião extraordinária  
339 uma sugestão acatada pelo MP, dada a necessidade de resolução do impasse e era isso que estava na pauta  
340 a resolução da eleição que praticamente já terminou. Disse que mais de 75% das entidades foram eleitas  
341 de forma legal e que não houve nenhuma contestação de nenhum segmento, e que infelizmente no  
342 segmento trabalhador de saúde ocorreu uma situação na primeira plenária, onde a comissão eleitoral  
343 resolveu não fazer a plenária, mas também não comunicou e nem encaminhou para o pleno do Conselho

344 decidir. “Tomou para si a responsabilidade, fez a reunião e convocou a nova data, chamou as entidades  
345 para uma nova plenária e as entidades cumpriram, as entidades estiveram presentes” e referiu à ata  
346 assinada pela maioria das entidades que estiveram presentes. Falou que se houve problemas a comissão  
347 eleitoral não colocou em ata, dizendo que o regulamento foi descumprido. Afirmou que o processo do dia  
348 22 de junho foi legítimo e o conselheiro Silvio ficou e acompanhou todo o processo, fez o seu papel e  
349 cabia agora decidirem ali, se a plenária vale ou se não vale, a comissão se reúna e decida nova data e  
350 finalize o processo eleitoral. O Secretário Executivo Arão Capinam informou a conselheira Passidomo os  
351 inscritos Marcos e conselheiro Valdemir e encerrava as inscrições pelo avançar da hora. Conselheira  
352 Patrícia pediu questão de ordem. **Conselheira Patrícia Soares** disse que pelo avançar da hora solicitava  
353 iniciar a votação devido a falta de consenso da comissão, dizendo se aceitavam a plenária ou não.  
354 **Conselheiro Marcos Sampaio** solicitou questão de ordem. **Conselheiro José Silvino** disse que tinha  
355 questão de ordem e falou da dinâmica de restrição de falas e que reconhecia que o conselheiro Valdemir  
356 fez uma fala como comissão e agora queria se colocar como conselheiro. Pediu a presidenta Passidomo  
357 votação para possibilidade de reinscrição ou não. **Conselheiro Fernando Dantas** disse que todas as falas  
358 eram pertinentes e que precisavam definir e que todos falaram isso e que todos os argumentos foram  
359 colocados. Disse que a mesa visse quantos ainda estavam inscritos e desse por encerrada a inscrição e  
360 iniciasse a votação porque o debate já estava desgastado. **Conselheiro José Silvino** disse que retirava sua  
361 proposta e apoiava a proposta do conselheiro Fernando. **Conselheiro Marcos Sampaio** em questão de  
362 ordem agradeceu ao conselheiro Fernando e disse que parabenizava o Conselho por fazer aquele debate e  
363 que para ele a legitimidade da comissão e do presidente Valdemir foi dada pelo pleno que por sentimento  
364 era consenso e que mais uma vez trazia a preocupação com o processo. Relatou que houve a assinatura do  
365 conselheiro Silvio nas duas atas e participou dos dois atos, mas houve uma chamada para uma única  
366 plenária que era das 8 as 12h e que teve presente 11 pessoas com mais a comissão, ficando em torno de  
367 15 pessoas. Após os desentendimentos a comissão resolveu que iria suspender ai um grupo de entidades  
368 que tiveram a anuência do conselheiro Silvio e assinaram uma ata que não traduzia o desejo das outras  
369 entidades que não estavam mais presentes, mas eram partícipes do processo, então para ele precisavam  
370 consultar todas as entidades que estavam inscritas para o processo saindo dali com data para nova  
371 plenária, seria mais legítimo do que alimentarem ainda mais a confusão, mas que com certeza o Conselho  
372 faria a melhor escolha e finalizando parabenizou a todos e agradeceu a conselheira Passidomo pela  
373 concessão da fala. O Secretário Executivo Arão Capinam informou ao pleno que as inscrições  
374 terminavam na conselheira Priscila do Conselho Nacional de Saúde. **Conselheiro Valdemir Medeiros**  
375 cumprimentou a todos e todas e disse que depois de trazer o processo ao CES, isso o deixava muito  
376 tranquilo e confessava que sentia harmonia dentro dele depois do diálogo que fizeram e mesmo na crítica  
377 que era natural. Disse que gostava da vida pública e da política por causa dessas divergências até chegar  
378 ao consenso e compreender a diferença do outro, mas ninguém quer perder, mas iriam buscar a relação do  
379 diálogo aberto até chegar ao consenso e era o que estavam fazendo ali no Conselho, diferente do que  
380 aconteceu no dia 22 porque foi um diálogo muito político e muito abaixo do que queriam fazer. Relatou  
381 sua trajetória no Conselho. Disse que chegou ao Conselho há três anos e por mais que sua entidade não  
382 tivesse sido eleita, mas o período que ficou lhe trouxe muita experiência. Disse que também não gostaria  
383 de que sua entidade fosse tida como ilegítimas, porque ficariam com sentimento de que as coisas não  
384 foram feitas dentro da legalidade. Se a entidade não estiver legal, ele também não estaria. “Quando se  
385 afere que Valdemir está dentro da legalidade, à entidade também está.” Disse que a comissão dialogou  
386 com o MP e que foi aferido que o MP tinha duas atas assinadas, e uma ata timbrada e assinada pelos 12  
387 Sindicatos e a comissão eleitoral e outra uma ata assinada por apenas um conselheiro e que considerava  
388 isso ruim. Colocou que queria pedir aos membros da comissão eleitoral que votassem que no dia 04/08/21  
389 chamar a reunião da comissão eleitoral e dia 10/08 chamava a plenária dos trabalhadores e seguia o rito  
390 das eleições e na sequência publicava os nomes das entidades eleitas. Disse que não estavam pedindo ali  
391 suspensão da eleição toda e que se referiam ao último segmento e que isso dava mais seriedade para a  
392 comissão eleitoral e que as decisões sempre foram tomadas com a maioria e não com uma ata assinada  
393 por uma pessoa só. Concluindo disse que no dia 04 chamariam a reunião da comissão eleitoral. Reiterou a  
394 ata assinada apenas por um conselheiro para não cair no erro. **Secretário Executivo Arão** que falou que a  
395 proposta só seria validada depois da votação. **Conselheiro Valdemir** no erro. **Conselheira Passidomo**  
396 explicou que a votação era para validar a plenária do dia 22 de junho do segmento dos trabalhadores e  
397 trabalhadoras. **Conselheira Marleide Castro dos Santos** disse que a votação era de validação da ata. O que  
398 foi explicado pela conselheira Passidomo que a votação era para decidir se o pleno estava a favor ou  
399 contra a validação da plenária do dia 22 de junho de 2021. **Conselheira Ângela da Mata** foi contrária à  
400 votação da ata e sim para o processo eleitoral das entidades do segmento trabalhador. E referiu que nem  
401 tiveram acesso a essas atas. **Conselheiro Valdemir Medeiros** pediu questão de ordem disse não teve  
402 votação e que era para aprovar a ata da comissão e que a ata das entidades estava assinada apenas por um  
403 conselheiro. Houve uma discussão. Conselheira Ângela questionou se estavam ali para votar ata.

404 **Conselheira Conceição Possidomo** que presidia a reunião reiterou como seria a votação com a favor ou  
405 contra a validação da plenária dos Trabalhadores e Trabalhadoras realizada no dia 22 de junho de 2021. E  
406 que o voto seria oral e pelo chat. Conselheira Marleide insistiu que na reunião da comissão eleitoral ficou  
407 certo que iriam validar a ata. Conselheira Passidomo que presidiu a reunião disse que entendia que todos  
408 os pontos já tinham sido devidamente esclarecidos e que existiam duas atas no MP, mas existiu o  
409 processo eleitoral, então que a mesma entendia que a votação era para validar ou não o processo eleitoral  
410 do dia 22 de junho de 2021 com sim ou não. **O Secretário Executivo do CES Arão Capinam** explicou que  
411 a votação seria chamada pela lista de conselheiros. Informou a conselheira Passidomo que precisavam  
412 encaminhar para a fala da conselheira Priscila do CNS. Conselheira Priscila do CNS disse que não estava  
413 ali para interferir no processo e sim para fazer uma fala do Conselho, pediu que desse continuidade e que  
414 no final da votação ela iria falar. Conselheira Passidomo informou que a votação seria nominal e quem  
415 estivesse sem microfone registrasse no chat se a favor ou contra a validação da plenária do dia 22 de  
416 junho de 2021. **O Secretário Executivo Arão Capinam** deu início a votação chamando pelos nomes:  
417 Conselheiro Cássio disse que não considerava válida. Conselheiro Rosalvo disse não válida. Conselheiro  
418 Raul Molina sim para validação. Conselheira Madalena (suplente) sim para a validação. Conselheira  
419 Isadora Maia não válida. Conselheiro Luiz Delfino não válida. Conselheiro Jorge Castilho (suplente) não  
420 válido. Conselheira Leonídia não válida. Conselheiro Leonardo Vinhais sim para validação. Conselheira  
421 Marleide não válida. Conselheira Tereza Deiró sim para validação. Conselheiro Valdemir Medeiros não.  
422 Conselheiro Evandro Gouveia não válido. Conselheira Possidomo sim para validação. Conselheira  
423 Ângela sim para validação. Conselheiro Thomas ausente no momento da chamada. Conselheira Patrícia  
424 sim. Conselheira Lourani sim. Conselheiro Francisco sim. Conselheiro Fernando Antonio Duarte sim.  
425 Conselheiro Paulo Fernando Bitencourt sim. Conselheira Maria Helena Belos sim. Conselheira Ivanilda  
426 sim. Conselheiro Raimundo Cintra não válido. Conselheiro José Silvino não válido. Conselheiro Marcos  
427 Antonio não. Conselheiro Walney Magno sim pelo chat. **O Secretário Executivo do CES Arão Capinam**  
428 fez a contagem dos votos. **Em contagem dos votos foi computado 12 não validaram e 14 sim**  
429 **validaram a plenária dos Trabalhadores e Trabalhadoras do dia 22 de junho de 2021** . Conselheira  
430 Maria Conceição Possidomo informou o resultado da votação. E encaminhou para a fala da conselheira  
431 nacional de saúde a senhora Priscila. **A conselheira Priscila do CNS disse que sabia que os resultados não**  
432 **agradavam a todo mundo, mas** parabenizou pela superação de uma etapa do processo eleitoral do CES e  
433 que para o controle social como um todo era muito temerário o conselho ficar com algum limbo de  
434 funcionamento ainda mais nesses tempos de ataques ao controle social do SUS e de todos outros  
435 conselhos, e lembrou alguns que foram extintos e outros espaços do controle social que tiveram  
436 intervenção. “Então viam com preocupação questões que não são sanadas com relação ao funcionamento  
437 dos conselhos.” Disse que todos os conselhos são importantes e que o da saúde vem mostrando sua força  
438 e que o Conselho nacional tem sido chamado para estar em diversos espaços. E que defendiam não SUS  
439 que estavam querendo inventar agora com a pandemia, e que sempre teve SUS. Então eles veem com  
440 preocupação quando processos ficam enviesados e que sabiam que as divergências fazem parte da  
441 democracia e que ficavam felizes quando as divergências podiam ser sanadas nos espaço democráticos e  
442 democratizantes que são os Conselhos e de forma mais ampla possível. E que sabiam das dificuldades e  
443 por isso não tinham feito nenhuma plenária presencial e que eles tem feito consultas da possibilidade de  
444 fazer plenárias híbridas e sabiam das dificuldades das pessoas estarem acessando as ferramentas e  
445 instrumentos digitais. E que sabiam também que o conselho era um ambiente natural de disputas e isso  
446 fazia parte do ambiente do conselho e que o grande “plus” de um espaço como este era ter a pluralidade e  
447 a diversidade de pessoas, de entidades e de pensamentos e ideias para deliberação da política pública e  
448 que esse era o papel do controle social como foi sinalizado ali. “Somos espaço deliberativo, somos espaço  
449 colegiado permanente do Sistema Único de Saúde, garantido pela constituição”. E não era à toa que  
450 estavam de pé até agora, cumprindo seu papel e em um contexto que tinham só a lamentar de tantas  
451 pessoas, tantas vidas e de tantos sonhos interrompidos. E finalizou parabenizando pelo processo e dizendo  
452 que acompanhou tudo e que foi duríssimo e que recebeu todos os documentos, e imaginava que deve ter  
453 sido extremamente cansativo para todos os presentes. Disse que não fazia nenhum juízo de valor de quem  
454 estava certo ou de quem estava errado e que esse não era o seu papel ali. Disse que todos os conselhos  
455 têm autonomia e o que cabia a justiça, a mesma achava bom que o MP cumpria seu papel de ser acionado  
456 para fazer acompanhamento e reforçava que era bom lembrar qual era o papel dos conselheiros e  
457 conselheiras e qual o papel da própria comissão eleitoral que foi legitimamente escolhida pelo pleno e que  
458 tem seus objetivos e era sempre bom lembrar o que estava escrito em seu documento e não era à toa que  
459 se elegia uma comissão que podia andar autonomamente e que o pleno também tem seus interesses  
460 através de suas entidades. Então era sempre bom lembrar os documentos que legitimam esses espaços e  
461 sabiam dos desafios. Colocou-se a disposição. Nada mais a tratar foi encerrada a reunião. Eu, Arão  
462 Capinam de Oliveira lavei esta ata que será lida e aprovada pelos presentes.  
463 Salvador, 03 de agosto de 2021

- 464 Cássio André Garcia\_\_\_\_\_
- 465 Aldenilson Viana Rangel\_\_\_\_\_
- 466 Evandro de Almeida Gouveia Sobrinho\_\_\_\_\_
- 467 Fernando Antonio Dantas\_\_\_\_\_
- 468 Francisco José Sousa e Silva\_\_\_\_\_
- 469 Gladys Almeida Santos\_\_\_\_\_
- 470 Ivanilda Souza de Brito\_\_\_\_\_
- 471 Isadora Oliveira Maia\_\_\_\_\_
- 472 Jorge Castilho Mullem Neto\_\_\_\_\_
- 473 Leonídia Laranjeira Fernandes\_\_\_\_\_
- 474 José Silvino Gonçalves\_\_\_\_\_
- 475 José Vasconcelos de Freitas\_\_\_\_\_
- 476 Leonardo Vinhaes\_\_\_\_\_
- 477 Luiz Delfino Mota Lopes\_\_\_\_\_
- 478 Lindiomar Dourado Souza\_\_\_\_\_
- 479 Maria da Conceição Sanches Passidomo\_\_\_\_\_
- 480 Lourani Maria Carneiro dos Santos\_\_\_\_\_
- 481 Maria Madalena Braga\_\_\_\_\_
- 482 Marcos Antonio de Almeida Sampaio\_\_\_\_\_
- 483 Maria Ângela da Mata Santos\_\_\_\_\_
- 484 Maurício Carneiro Paim\_\_\_\_\_
- 485 Marleide Castro dos Santos\_\_\_\_\_
- 486 Maria Helena Belos\_\_\_\_\_
- 487 Raul Moreira Molina\_\_\_\_\_
- 488 Thomas William Hutchinson\_\_\_\_\_
- 489 Paulo Fernando Bittencourt Studart\_\_\_\_\_
- 490 Patrícia Gonçalves Soares\_\_\_\_\_
- 491 Tereza Cristina Bomfim Deiró\_\_\_\_\_
- 492 Rosalvo de Oliveira Júnior\_\_\_\_\_
- 493 Silvio Roberto dos Anjos e Silva\_\_\_\_\_

494 Valdemir Medeiros\_\_\_\_\_

495 Walney Magno de Souza\_\_\_\_\_.

496

497 **Chat 47ª Reunião Extraordinária:**

498

499 00:55:55 Lourani Maria Santos: Sim, concordo

500 00:56:41 Leonidia laranjeira: Leonidia

501 00:56:49 Leonidia laranjeira: concordo

502 01:10:43 Thomas RNP+BA: Pela convocação o assunto Ã©: Eleição do Conselho

503 Estadual de São do Biênio 2021-2023:

504 Não diz nada sobre discutir se fulano está ou não legal no CES.01:14:51 Thomas RNP+BA:

505 Concordo com a Patrícia. Essa Reunião não tem legitimidade.

506 01:21:17 Thomas RNP+BA: Atenção ao controle do tempo. Se todo mundo for falar assim

507 não termina

508 01:22:07 Thomas RNP+BA: quero ver se os outros terão o mesmo tempo

509 01:22:24 Rosa Salgado: Bom dia!

510 01:22:30 Rosa Salgado: Desejo bom trabalho a todos.

511 01:27:57 Thomas RNP+BA: O Cássio falou mais tempo e a mesa não reclamou

512 01:30:26 Priscilla ViÃ©gas (CNS): Acho importante garantir a contextualização

513 01:38:12 Thomas RNP+BA: Se esta Reunião de um CES vencido, tem validade, muito

514 mais a do dia 22

515 1:44:24 JHSMello: segue

516 01:46:50 Gladys Almeida: Bom dia!

517 01:47:48 Gladys Almeida: O conselheiro Leonardo Vinhaes representa o Sindmed, para

518 conhecimento do pleno do CES

519 01:47:58 Leonardo vinhas: Enquanto representante do SINDMED, ainda sou conselheiro, ou os

520 conselheiros do grupo TRABALHADORES deixaram de ser?

521 01:48:30 Gladys Almeida: Exatamente, conselheiro

522 01:55:02 Thomas RNP+BA: O processo eleitoral prevÃª uma validação das eleições pelo

523 CES?

524 01:58:25 Thomas RNP+BA: Proteger o processo invalidando a decisão da eleição?

525 01:59:45 Thomas RNP+BA: Abrir brecha ao invalidar uma eleição

526 02:00:12 Thomas RNP+BA: Qualquer outra poderá ficar sob suspeita

527 02:02:46 Leonardo .vinhas: estou aqui

528 02:03:39 Thomas RNP+BA: Que garantia há que uma nova eleição, não seja novamente

529 impugnada por quem não aceita o resultado e novamente invalidada?

530 Isso pode não acabar nunca

531 02:08:49 Thomas RNP+BA: Concordo, Fernando. E além do mais essas pessoas passarão:

532 fazer lÃ¡ o que se quem não gostar do resultado, obstrui e pede outra

533 Muito esclarecedor, Fernando.

534 02:09:17 Thomas RNP+BA: As pessoas que se deslocaram, nÃ£o mais estarÃ£o dispostas

535 a feze-lo

536 02:11:54 Thomas RNP+BA: Já são praticamente 12H00. temos que votar. Sugiro depois

537 da fala da Teresa02:14:30 Thomas RNP+BA: ISSO!!!

538 02:17:36 Madalena: Depois de todas ponderações feitas pela Comissão Eleitoral e

539 conselheir@s presentes, concordo com o contexto das falas de Patrícia, Cássio e Fernando, e que valide o

540 processo eleitoral , do dia 22, para que se possa retomar as atividades de rotina do Controle Social desse

541 CES-BA, que nesse cenário pandêmico tem papel fundamental no SUS. Avante SUS!!

542 02:49:47 Priscilla ViÃ©gas (CNS): Gostaria de falar somente antes de encerrar a plenÃ¡ria :-)

543 Acompanhando o debate de vcs por aqui

544 02:50:34 Ângela Mata: pode me reescrever

545 02:52:07 Isadora Maia: Por favor, vamos ao processo de votaÃ§Ã£o depois da das falas dos

546 últimos conselheiros. inscritos .mas.

547 02:52:34 Priscilla Viegas (CNS): Obgda querida <3

548 02:53:30 Isadora Maia: A mesa deve formular os questionamentos para votação

549 02:57:00 JHSMello: Ministério Público tem competência e funções institucionais de zelar

550 pelos serviços de relevância pública e aos direitos assegurados na Constituição cuja defesa lhe cabe

551 promover assegurando o respeito e a legalidade de todos inclusive do Conselho e de seus membros.

552 O Plenário do conselho é soberano devendo suas decisões obedecerem a legalidade, pois deve cumprir e  
553 não está; acima das leis.

554 03:00:34 Ângela Mata: concordo JHSMello

555 03:02:18 Gladys Almeida: A votação é: validar ou não a eleição

556 03:02:30 Ângela Mata: SIM

557 03:02:39 Ângela Mata: Não ISSO

558 03:03:08 Ângela Mata: em processo de votação não tem questão de ordem

559 03:03:52 JHSMello: mero inconformismo

560 03:04:23 JHSMello: A pauta é sobre a validade ou não da eleição

561 03:04:41 JHSMello: ficou estabelecido na reunião com o MP

562 03:04:50 JHSMello: Perfeito Sra coordenadora

563 03:04:54 Ângela Mata: CORRETO

564 03:20:39 WALNEY: VOTO SIM

565 03:21:01 WALNEY: WALNEY VOTO SIM

566 03:25:13 JHSMello: Parabéns. Agora que o MP e a Justiça fazem seu papel.

567 03:25:33 JHSMello: Adeus aos inconformados.

568 03:30:48 JHSMello: O papel é cumprir a legalidade!

569 03:31:08 JHSMello: Não subverter a legalidade.

570 03:32:46 JHSMello: Perfeito Priscila recomende em teus relatórios aprimoramento das  
571 próximas eleições para que ilegalidades não sejam cometidas nas eleições futuras

572 03:33:29 JHSMello: Perfeito. Sempre cumprir a lei e corrigir vícios de legalidade!

573 parabéns

574 03:34:34 Rosa Salgado: Obrigada pelo convite. Boa tarde a todos.

575 03:35:38 Priscilla Viagas (CNS): Excelente Fernando.

576 03:36:15 Rosa Salgado: Peço licença para me ausentar.

577 03:37:03 Rosa Salgado: Obrigada a todos!

578 03:37:38 Isadora Maia: Após a publicação as entidades terão um prazo de 10 dias para enviar  
579 os nomes de quem os representarão;

580 03:37:53 Rosalvo de Oliveira Junior: Agradecido

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595